



Senhora Presidente da Assembleia,
Senhoras e senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Debater o Plano e Orçamento para o ano de 2017 e as Orientações de Médio e Longo Prazo, neste que é o primeiro ano deste XII Governo, é dar início a mais um ciclo de trabalho onde a inovação, renovação e reorientação de estratégias, são pedras basilares. Um percurso de quatro anos que caminha para um futuro social e económico cada vez mais sólido e evoluído.

A nível internacional, os desenvolvimentos do Brexit, a nova administração americana, as eleições em países importantes da UE e o terrorismo levam-nos a pensar que estes fatores terão impacto nas economias dos vários Países, de Portugal e dos Açores também.

A nível nacional consolida-se uma retoma económica e equilíbrio social, abalado pelas políticas de contenção e de restrição financeira defendidas pelo anterior Governo e projeta-se a estabilidade do sistema financeiro.

Revela-se, por isso, imperioso em 2017, dar continuidade ao trabalho desenvolvido, uma vez que, o estado social nos açores é um exemplo de boa governação. Além do apoio às crianças, aos jovens e aos idosos, os Governos do Partido Socialista sempre deram e irão dar respostas a tantas outras problemáticas criando uma rede cada vez



mais alargada e diversificada ao nível das respostas sociais. Nomeadamente ao que concerne à violência doméstica, pessoas com deficiência e os sem-abrigo. O Governo Regional pretende assim desenvolver políticas integradas, que promovam a coesão familiar, o reforço da proteção social das crianças e jovens, a inclusão da pessoa com deficiência, e o envelhecimento digno e ativo dos mais idosos.

Os dados revelam o esforço, e o empenho, que tem sido feito nos Açores. Em 16 anos as valências sociais disponíveis na Região passaram dos 375 para 707, o que revela uma taxa de crescimento na ordem dos 89%. Igualmente expressivos são os números que dizem respeito à capacidade de atendimento que passou de 15 mil para mais de 35 mil utentes, ou seja um acréscimo de 127%.

Esta evolução deve-se, em parte, às parcerias existentes com as IPSS, as Casas de Povo, os Centros Sociais, as Santas Casas da Misericórdia, as Cooperativas e outras entidades sem fins lucrativos.

A Secretaria Regional da Solidariedade Social assume-se no próximo quadriénio como a principal dinamizadora do combate à pobreza e à exclusão social. Mas, todos nós sabemos que estes fenómenos constituem um dos maiores desafios que se coloca à sociedade e onde ainda há um longo caminho a percorrer porque todos os dias aparecem novas problemáticas.

A luta contra a pobreza e contra a exclusão social é uma batalha pela dignidade, pela promoção de autonomia e pela capacitação das famílias açorianas.



GRUPO
PARLAMENTAR

Partido Socialista
AÇORES

Tão ou mais importantes que as prestações pecuniárias são as iniciativas de inserção e inclusão implementadas em articulação com os núcleos regionais de inserção, estes são o verdadeiro instrumento de combate à pobreza.

O combate à pobreza e à exclusão social é um processo complexo e multifacetado, que tem de ser consolidado com as várias políticas públicas. Por isso a definição de uma estratégia concertada entre o Governo Regional e os agentes sociais, económicos e a própria sociedade civil, é fundamental. É neste sentido que o Governo Regional do PS prevê para 2017 a conceção de uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a qual visa congregar as várias ações, projetos e medidas que têm sido implementadas na Região mas também conceber e/ou criar metodologias de intervenção que minimizem os efeitos deste fenómeno. A criação e reconstrução de estratégias de intervenção tem como objetivo a promoção da autonomização das famílias na comunidade em que estão inseridas, em detrimento de políticas de carácter assistencialista e de emergência, é neste sentido que se pauta este plano quadrienal.

A intervenção em rede com todos os parceiros dos vários departamentos governamentais subentende ainda um aprofundamento de parceria e cooperação com as IPSS e Misericórdias, com medidas de suporte e apoio social.



Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

As políticas direcionadas para a solidariedade social deste governo regional socialista apresentam um acréscimo de cerca de 11% para as áreas que são as definidas como prioritárias para 2017: apoio à infância e juventude; apoio à família, comunidade e serviços; apoio aos públicos com necessidades especiais; apoio a idosos e igualdade de oportunidades, inclusão social e combate à pobreza.

Revela-se fundamental, para 2017, dar continuidade ao trabalho realizado ao nível da infância e juventude e aumentar a capacidade instalada em creches, jardins de infância e centros de atividades de tempos livres, numa perspetiva de reduzir as desigualdades.

A operacionalização, já neste ano, do Comissariado dos Açores para a Infância pretende garantir a defesa e a promoção dos direitos das crianças e dos jovens por via da qualificação das comissões de proteção que já atuam no terreno. É um projeto fundamental na afirmação da autonomia regional, uma vez que garante uma resposta de proximidade.

Assistiremos igualmente em 2017 à consolidação da rede de parceiros que constituem os centros de desenvolvimento e inclusão juvenil. Estes centros promovem a intervenção e reabilitação de jovens que estão em situação de risco.



GRUPO
PARLAMENTAR

Partido Socialista
AÇORES

As ajudas às famílias através do Complemento Açoriano ao Abono de Família, Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas e a atribuição de refeições em períodos não letivos, são medidas essenciais para o aumento do rendimento das famílias.

No caso da integração de pessoas com deficiência foi tornado público que a Região investiu na criação de valências inclusivas, num total de 90 vagas e com o custo anual de funcionamento de cerca de 165.000 euros. O alargamento da rede regional de equipamentos sociais para pessoas com deficiência através da construção ou remodelação dos Centros de Atividades Ocupacionais e lares residenciais é uma realidade.

A par dos investimentos definidos no Plano, importa realçar que o Governo Regional mantém e fortalece os apoios sociais, visando garantir o acesso a todos, a promoção da coesão sócio-familiar e o desenvolvimento pessoal e social. Através do Complemento Regional de Pensão, que em 2015 abrangeu mais de 35 mil idosos, num montante global de cerca de 25 milhões de euros; o Compamid que beneficiou cerca de 4.000 idosos em 2015 e que foi alargado aos reformados por invalidez; e o Rendimento Social de Inserção, sendo este último um dos instrumentos fundamentais na prevenção da exclusão social e da pobreza, fazendo chegar apoio a quem dele necessita.

Ao nível da habitação, salientamos a intenção de fomentar e melhorar o planeamento a longo prazo, criando condições para lançar a Agenda para a Habitação nos Açores 2017-2031,



promovendo o diagnóstico do setor e definindo uma estratégia para a habitação até 2031.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Finalizo esta minha intervenção referindo que o Partido Socialista através deste Governo Regional não só construiu como consolidou um vasto património em matéria de Solidariedade Social, do qual muito se orgulha, assentando as políticas sociais de forma sustentada num plano de ação integrado.

O Partido Socialista reafirma por isso, aqui e agora, o compromisso e a ambição de continuar a renovar com confiança uma nova geração de políticas sociais sustentáveis, que são nossas, dos Açores; e de nos afirmarmos como região solidária que somos, sendo o pilar o sentido do outro e a compreensão integrada dos seus problemas.

Disse

Horta, sala de sessões, 14 março 2017

A deputada: Maria Isabel Quinto